

Editoria CientíficaAna Maria Iório Dias^IFlávia Obino Corrêa Werle^{II}Guilherme Veiga Rios^{III}Jacira Helena do Vale Pereira Assis^{IV}Maria Clara Di Pierro^VRogério Diniz Junqueira^{VI}Wivian Weller^{VII}

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3817>

^I Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.

^{II} Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

^{III} Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

^{IV} Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

^V Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

^{VI} Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

^{VII} Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

A ampla difusão dos meios informáticos de comunicação e das bases de dados eletrônicas, de um lado, e a busca constante de racionalização de custos de produção dos periódicos científicos, de outro, têm feito com que um número crescente de publicações acadêmicas renuncie às coleções impressas, mantendo apenas versões digitais. Essa estratégia tem como principal consequência negativa a limitação da veiculação dos periódicos nas localidades e instituições ainda mal servidas de acesso público e rápido à rede mundial de computadores, motivo pelo qual a *RBEP* procura manter edições impressas e digitais, distribuídas para centenas de instituições de ensino superior, secretarias de estado de educação, grupos de pesquisa, entre outras instituições que manifestam seu interesse em receber a revista, cuja tiragem é de dois mil exemplares. Outra consequência da distribuição exclusivamente digital dos periódicos científicos é a progressiva perda da importância relativa de coleções, volumes, dossiês e números, e a primazia do artigo isolado, acessado diretamente nas bases de dados eletrônicos por meio de pesquisas por autor, título ou palavra-chave. Nesse contexto, os editoriais perdem muito de seu sentido tradicional, em especial o de introduzir o leitor ao conteúdo de determinado número de revista, sugerindo chaves de leitura e analisando a unidade encontrada na diversidade de assuntos.

O primeiro número da *RBEP* de 2018 mantém a amplitude temática que caracteriza o periódico ao longo de sua trajetória e focaliza tópicos que ocupam lugar de destaque no âmbito acadêmico ou nas esferas de formulação das políticas educacionais, interessando também aos gestores e educadores que se encontram nas unidades de base do sistema educativo. Ao completar 74 anos de existência, a revista confirma, assim, sua contemporaneidade e sintonia com o debate público dos temas emergentes da educação nacional.

Uma primeira questão examinada sob diferentes ângulos por estudos e relatos de experiência publicados neste número é a democratização do acesso e da permanência no ensino superior, mediante políticas de ação afirmativa no ingresso a instituições de ensino público, implementadas no Brasil, sobretudo a partir da legislação federal de 2012, que instituiu cotas para pessoas de baixa renda, egressas do ensino público, autodeclaradas pardas, pretas e descendentes dos povos originários. O assunto se impõe à agenda de pesquisa e de política educacional, uma vez que os mais recentes resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2016, divulgados em fins de 2017, evidenciaram as persistentes desigualdades de acesso e progressão no ensino superior, ao comprovar que pouco mais de 15% da população brasileira com 25 anos ou mais de idade havia concluído esse grau de escolaridade, com acentuadas variações regionais e nítida desvantagem para os subgrupos de baixa renda, afrodescendentes e indígenas.

O primeiro artigo que compõe esse agrupamento temático, de autoria de equipe composta por docentes e graduando da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), analisa – com base nos dados quantitativos de 2015 – o impacto da chamada Lei de Cotas no preenchimento de vagas nos cursos de Engenharia (Ambiental, de Materiais, Mecânica e de Produção), Tecnologia de Alimentos e Licenciatura em Química, no campus de Londrina daquela instituição. O estudo observou impactos distintos nos cursos mais prestigiosos e concorridos, ofertados em período diurno, e nos de menor prestígio e concorrência, mantidos no período noturno, e concluiu que a política tem efeito redistributivo, beneficiando estudantes oriundos do ensino público; contudo, não alcança com a mesma intensidade as pessoas de baixa renda, pretas, pardas ou indígenas.

A presença de estudantes indígenas no ensino superior público e a circulação dos saberes ameríndios nas universidades são as temáticas do artigo elaborado por pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A revisão da literatura produzida entre 2001 e 2012 propiciou o mapeamento dos mecanismos de acesso e permanência de indígenas no ensino superior por meio da oferta de vagas especiais ou suplementares em cursos superiores regulares, seguida pelo exame mais detido das ações implementadas na UFRGS.

Dialoga com esse artigo, complementando-o, um dos relatos de experiência publicados mais adiante neste volume, que aborda as licenciaturas interculturais voltadas à formação de professores para a educação infantil e o ensino fundamental das escolas da etnia Kaingang,

em universidade comunitária do Oeste de Santa Catarina. Redigido em espanhol, por resultar de pesquisa desenvolvida em colaboração com instituição argentina, o relato é introduzido por um histórico da educação escolar indígena no Brasil, reporta a experiência de convívio dos docentes universitários nas aldeias e sistematiza o processo de contextualização do currículo da formação docente na direção de uma pedagogia diferenciada, construída no diálogo intercultural com o povo Kaingang.

O terceiro artigo relativo à democratização do acesso ao ensino superior reporta estudo de caso e, após revisar a literatura e historiar as políticas educacionais, aborda os valores dos gestores e a percepção da comunidade acadêmica em face da adoção de políticas de ação afirmativa no acesso a uma instituição pública da região Centro-Oeste do País.

Encerrando o bloco de estudos sobre o ensino superior, o quarto artigo – de autoria de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) – analisa com ferramentas quantitativas fatores institucionais, socioeconômicos e relativos às trajetórias escolares (inclusive vias de ingresso e acesso às políticas de permanência estudantil) que influenciam o desempenho acadêmico de estudantes de Nutrição em exames nacionais realizados entre 2004 e 2013, cotejando os resultados obtidos com o de outros estudos apurados na revisão da bibliografia.

A conjuntura atual, de implementação de novas referências nacionais comuns para a educação básica, torna especialmente oportuna a publicação de dois artigos que versam sobre questões curriculares relacionadas ao ensino da língua materna na educação básica. Um dos estudos adota a perspectiva comparada, analisando a formação do leitor literário na escola mediante o exame do lugar da literatura nos mais recentes documentos de prescrição de referenciais curriculares nacionais para o ensino básico no Brasil e em Portugal. O segundo artigo desse grupo faz uma análise da proposta curricular de ensino da língua materna de uma rede municipal de ensino de Minas Gerais, focalizando as ênfases e omissões da abordagem da oralidade no documento.

Outra polêmica ascendente no campo educacional brasileiro se refere ao enfrentamento das desigualdades de gênero, abordada em dois artigos neste número da *RBEP*. No primeiro deles, uma pesquisadora da Universidade de la Plata articula referenciais dos estudos de gênero e da deficiência para analisar, em uma perspectiva feminista e emancipatória, os processos de inclusão e exclusão educativa de estudantes jovens, do sexo feminino, com deficiência, matriculadas em escolas comuns e especiais na cidade de Buenos Aires, Argentina.

O segundo artigo desse bloco retorna ao tema da democratização do acesso ao ensino superior, analisando, segundo a perspectiva de gênero, uma experiência de inclusão social, educacional e digital em cursos de licenciatura a distância mantidos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no âmbito da unidade da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tal experiência é interpretada como estratégia de empoderamento de mulheres de baixa renda do interior ou das zonas rurais (muitas das quais já exerciam a docência), com limitado acesso a tecnologias da comunicação

e informação, que constituem a maioria do público dessa modalidade de formação superior.

A seção *Estudos* deste número da *RBEP* é encerrada com um artigo de pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a respeito dos critérios que professoras polivalentes das séries iniciais do ensino fundamental de escolas municipais do Triângulo Mineiro utilizam para escolher recursos didáticos para o ensino da Matemática, enfatizando a formação docente em Didática e Metodologia do Ensino da disciplina.

A preparação dos educadores da educação básica, que tem sido um dos temas mais recorrentes nos artigos publicados na *RBEP* recentemente, comparece neste número com dois *Relatos de experiências*. Um deles, redigido em coautoria de professora orientadora e sua aluna estagiária, trata do papel de articulação teoria-prática, exercido pelo estágio supervisionado em um curso de Licenciatura em Pedagogia desenvolvido em Pernambuco, descrevendo a experiência de estágio de docência e o método de registro empregado para documentá-la. O outro relato versa sobre o emprego das rodas de conversa como metodologia dialógica de pesquisa qualitativa e, ao mesmo tempo, de construção de identidade docente em licenciatura de formação de professores de Química na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Assim constituído, o mosaico de ensaios, análises de resultados de pesquisas e sistematizações de práticas educativas que compõe o número 251 da *RBEP* recobre realidades de quatro regiões brasileiras e de dois países estrangeiros (com os quais o Brasil tem fortes vínculos), e aborda um amplo leque de temas que se articulam em torno à problemática das desigualdades educacionais e das estratégias para combatê-las ou mitigá-las. Os editores esperamos que a leitura e o estudo contribuam para a melhoria da qualidade e para a democratização das oportunidades educativas no País e no continente.